

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Objeto:

A presente licitação tem por objeto a **SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL E DRENAGEM DAS RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING, CONFORME PROCESSO SGP-E SAN 00000266/2021 E PORTARIA ESTADUAL N.º 535/SEF.**

Chapecó, 17 de Março de 2022.


PLANATERRA

Terraplenagem e Pavimentação Ltda.

Jairo Paulo Lammel

CPF 437.314.579-20

Representante Legal/Procurador

Visite www.planaterra.com.br

**PLANATERRA - Uma empresa do Oeste Catarinense
fornecendo qualidade e pronto atendimento**



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

SUMÁRIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

SUMÁRIO

Habilitação Jurídica	04
Contrato Social 31ª alteração consolidado	05
Procuração Pública Jairo Paulo Lammel	11
Documento de Identidade Jairo Paulo Lammel	14
Regularidade Fiscal	15
Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ	16
Certidão Negativa Municipal	17
Certidão Negativa Estadual	18
Certidão Negativa Federal	19
Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	20
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	21
Qualificação Econômico- financeira	22
Certidão Negativa de Falência e Concordata (Saj e Eproc).	23
Balço Patrimonial 2020 (SPED)	25
Comprovação de Patrimônio Líquido	46
Índices contábeis	47
Garantia de Proposta	48
Comprovante de Pagamento	58
Qualificação Técnica	59
Certidão Pessoa Jurídica CREA-SC	60
Certidão de Pessoa Física junto ao CREA/SC Engenheiros	63
Contrato de Prestação de serviço - Eng. Jairo Paulo Lammel	72
Atestado de Capacidade Técnica + CAT da Empresa/Engenheiro	77
Declarações	114
Declaração de disponibilidade de pessoal técnico e equipamentos	115
Declaração de que têm ciência do local	116
Declaração Ciência das Peças Gráficas, Memoriais e Planilhas	117
Declaração do Item 6.6.5	118
Declaração de Garantia	119
Declaração do Conjunto Cumprimento de Requisitos de habilitação e demais obrigações	120
Certidão do CEIS	121
Certidão do TSE	122
Certidão do TCU	123
Termo de Encerramento	125
Dados da Empresa	126
Termo de Encerramento	127

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 31 DA SOCIEDADE
PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
CNPJ nº 82.743.832/0001-62**



GERSON DE BORBA DIAS, brasileiro, engenheiro civil, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 22/08/1963, natural de Bagé-RS, portador do CPF nº 404.251.180-53 e Carteira de Identidade nº 4.626.084 emitida pela SSP-SC, residente de domiciliado na Rua Delfim Mário Pádua Peixoto, 350, Apto.1201 Torre 4 do Edifício Brava Home, na Praia Brava, município de Itajaí-SC, CEP 88306.806;

SANDRE GRANZOTTO MACEDO, nacionalidade brasileira, nascido em 25/12/1967, separado judicialmente, engenheiro agrônomo, CPF nº 625.879.609-59, Carteira de Identidade nº 1409816, Órgão Expedidor SSP - SC, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, nº 1144, Apto 1401, Centro, Município de Balneário Camboriú - SC, Cep 88.330-009.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42201356010, com sede Rua Blumenau, 20 D, Líder Chapecó, SC, CEP 89805430, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 82.743.832/0001-62, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em Chapecó – SC.

CLÁUSULA SEGUNDA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Cláusula 1ª. - A sociedade é regida sob o nome empresarial de **PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, com sede na Rua Blumenau, nº 20-D, Bairro Líder, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89805-430. C.N.P.J. N.º 82.743.832/0001-62.

Cláusula 2ª. - A sociedade tem por objeto social principal a: prestação de serviços de terraplenagem, aterramentos, açudes e demais serviços assemelhados; a construção, conservação e manutenção de estradas de rodagem; pavimentações asfálticas; construções civis; extração beneficiamento e comércio de pedras britadas, areia industrial e pré-moldados de concreto; serviços complementares de engenharia e obras de arte especiais, túneis, viadutos, galerias de água pluvial; transportes rodoviários em geral, bem como de cargas pesadas, material betuminoso e cargas perigosas rodoviárias; detonação de rochas; projetos de engenharia; locação de equipamentos; serviços de engenharia sanitária

Req: 81100000934028

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/06/2021

Arquivamento 20218828039 Protocolo 218828039 de 10/06/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441426820996984

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

10/06/2021



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 31 DA SOCIEDADE
PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ nº 82.743.832/0001-62**

compreendendo serviços de limpeza urbana; preparação de massa de concreto e argamassa para construção.

Cláusula 3ª. - A sociedade iniciou suas atividades em 01/10/1990 obtendo seu registro na Junta Comercial em 31/10/1990 sob nº 42201356010, e sua duração, será por tempo indeterminado, não se dissolvendo por morte, interdição ou insolvência de quaisquer dos sócios, ficando os sucessores respectivos, sub-rogados em seus direitos na sociedade.

Cláusula 4ª. - A sociedade poderá participar como cotista ou acionista em outras sociedades.

Cláusula 5ª. - A sociedade manterá os registros fiscais e contábeis necessários e em conformidade com a legislação vigente.

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 6ª. - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, levantando-se o Balanço Geral, com a observância das prescrições legais vigentes, ficando estabelecido que a administração poderá também levantar balancetes a qualquer tempo durante o exercício social.

Parágrafo único - Os lucros apurados poderão ser distribuídos desproporcionalmente às participações dos sócios, ou levados à conta de lucros retidos, desde que decidido pelos sócios em assembleia ou reunião e lavrando-se em ata respectiva.

DA ABERTURA DE FILIAIS E SUA EXTINÇÃO

Cláusula 7ª. - A sociedade poderá abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes o capital nominal que julgar útil ou necessário ao fim colimado, parcela esta que destacará de seu próprio capital, para efeitos fiscais.

Cláusula 8ª. - As filiais serão extintas nas seguintes hipóteses:

- a) ocorrendo a extinção do estabelecimento-sede; ou
- b) por decisão de sócios que representem a maioria do capital.

Cláusula 9ª. - Filial nº 01 fundada em 15/08/1996, na Linha Faxinal do Tigre, S/Nº, Bairro Interior, Cidade de Guatambú - SC, CEP 89817-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº. 82.743.832/0002-43, registrada na JUCESC sob nº 42900416470 em 23/09/1996, tendo a mesma denominação social e o mesmo ramo de atividade da matriz. Destinou-se a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de capital social desmembrado da Matriz.

Cláusula 10ª. - Filial nº 02 fundada em 18/05/2016, situada na Rodovia Estadual SC 135, s/n, no km 164 - Rural, no município de Ibiá - SC, CEP 89.652-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.743.832/0004-05, registrada na JUCESC sob o nº. 42901124740 em 07/07/2016, tendo a mesma denominação social e o mesmo ramo de atividade da matriz. Destinou-se a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de capital social desmembrado da Matriz.

Req: 81100000934028

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/06/2021

Arquivamento 20218828039 Protocolo 218828039 de 10/06/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441426820996984

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

10/06/2021



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 31 DA SOCIEDADE
PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ nº 82.743.832/0001-62**

Cláusula 11ª – Filial nº 03 fundada em 27/01/2020, situada na Rodovia SC 467 - Km 10, s/n, Distrito de Santa Lucia, no município de Ouro - SC, CEP 89.663-000, tendo a mesma denominação social e o mesmo ramo de atividade da matriz. Destinou-se a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de capital social desmembrado da Matriz.

**DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE
E MORTE DE SÓCIOS**

Cláusula 12ª. - As quotas do capital social não poderão ser alienadas a terceiros estranhos à sociedade sem que seja dado direito de preferência aos sócios que nela permanecerem, sendo-lhes assegurada tal preferência em igualdade de condições, preço por preço.

Cláusula 13ª. - No caso de morte de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, continuando com os sócios sobreviventes e os herdeiros do "de cujos". Caso não haja acordo entre os sócios sobreviventes e os herdeiros do sócio falecido para a continuidade da sociedade com estes, os haveres do sócio extinto serão apurados com base nos valores verificados em balanço especialmente levantado, e serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) parcelas mensais, consecutivas e iguais, corrigidas anualmente com base nos índices de variação do IGPM-FGV.

Cláusula 14ª. - Na vigência deste instrumento, ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios, será este excluído da sociedade mediante alteração contratual e seus direitos e haveres serão pagos na forma descrita na cláusula 12ª, caso seus herdeiros não queiram prosseguir na sociedade.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 15ª. - A qualquer tempo, mediante decisão que represente a maioria do capital social da empresa, poderá este instrumento ser alterado em todos seus dispositivos, respeitadas as formalidades legais.

DO DEPARTAMENTO TÉCNICO

Cláusula 16ª. - A sociedade contratará profissional responsável técnico pelos serviços de engenharia sanitária com registro profissional no órgão competente, e responsável técnico pelos serviços de engenharia civil, com registro profissional no CREA.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 17ª. - Consoante deliberação dos sócios, a administração da sociedade será exercida em conjunto e/ou separadamente pelos sócios: **GERSON DE BORBA DIAS** e **SANDRÉ GRANZOTTO MACEDO**, com poderes para tratar de todos os negócios que lhe são concernentes, representar a sociedade judicial ou extrajudicial, assinar qualquer documento da empresa e praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da função, ficando-lhes, no entanto, expressamente proibidos de usarem a firma em endossos

Req: 81100000934028

Página 3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/06/2021

Arquivamento 20218828039 Protocolo 218828039 de 10/06/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441426820996984

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

10/06/2021



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 31 DA SOCIEDADE
PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ nº 82.743.832/0001-62**

ou avais e vedado, também, a prática de atos lesivos ao interesse da sociedade, respondendo pessoalmente pelos danos causados à sociedade.

Parágrafo Único – Será exigida a assinatura dos administradores em conjunto, nos casos de procederem a alienação, no todo ou em parte, de quaisquer bens imóveis de propriedade da sociedade.

Cláusula 18ª. – Os sócios-cotistas, nos cargos de administração, terão direito a uma retirada mensal a título de Pró-labore, a ser fixada de comum acordo entre todos os sócios.

DO CAPITAL SOCIAL E SUA DISTRIBUIÇÃO

Cláusula 19ª. – O capital social da empresa é de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), totalmente subscrito e integralizados em moeda corrente nacional, representados por 16.000.000 (dezesesseis milhões) cotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

- a) O sócio, Sr. **Gerson de Borba Dias** subscreve 12.800.000 (doze milhões e oitocentas mil) cotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais) totalmente subscritos e integralizados.
- b) O sócio, Sr. **Sandré Granzotto Macedo**, subscreve 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) cotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) totalmente subscritos e integralizados.

O capital social, está assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	Part.	N. cotas	VI. Unit.	VI. Total R\$
Gerson de Borba Dias	80%	12.800.000	1,00	12.800.000,00
Sandré Granzotto Macedo	20%	3.200.000	1,00	3.200.000,00
TOTAL	100%	16.000.000		16.000.000,00

Cláusula 20ª. – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 21ª. – O capital social poderá ser aumentado por decisão dos sócios, sendo que até 30 (trinta) dias após a sua deliberação, os sócios terão preferência para participar no aumento na proporção de sua participação, observando o disposto na cláusula 20ª.

Parágrafo único – Pode a sociedade reduzir o capital social após integralizado, se houver perda irreversível ou se excessivo em relação ao objeto da sociedade, mediante a correspondente modificação do contrato social.

Cláusula 22ª. – As quotas do capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em

Req: 81100000934028

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/06/2021

Arquivamento 20218828039 Protocolo 218828039 de 10/06/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucese.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441426820996984

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

10/06/2021



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 31 DA SOCIEDADE
PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ nº 82.743.832/0001-62**

igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo 1º - Na comunicação de que se trata o parágrafo anterior, o sócio cedente deverá indicar as condições e o preço para a cessão, sendo que este último não poderá ser superior ao valor patrimonial apurado em balanço patrimonial levantado até 60 (sessenta) dias da oferta.

Parágrafo 2º - Se nenhum dos sócios, nem a própria sociedade, usar o direito de preferência que lhes é assegurado nesta cláusula, fica livre ao sócio ceder suas quotas a terceiros.

DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA SOCIEDADE

Cláusula 23ª. - Permanecerá pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital da sociedade sempre entre brasileiros.

Cláusula 24ª. - O quadro de pessoal será sempre constituído de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;

Cláusula 25ª. - A administração da sociedade será sempre outorgada à maioria de brasileiros, assegurando a estes poderes predominantes.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 26ª. - A regência supletiva da sociedade limitada, nos casos não previstos no contrato social e alterações posteriores será feita pelas normas da sociedade anônima de conformidade com o parágrafo único do artigo 1053 do Código Civil (Lei 10406/2002), exceto quanto à publicação dos atos.

Cláusula 27ª. - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 28ª. - Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

Chapecó – SC, 7 de junho de 2021.

GERSON DE BORBA DIAS

SANDRE GRANZOTTO MACEDO

Req: 81100000934028

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/06/2021

Arquivamento 20218828039 Protocolo 218828039 de 10/06/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441426820996984

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

10/06/2021





JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



218828039

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
PROTOCOLO	218828039 - 10/06/2021
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

MATRIZ

NIRE 42201356010
CNPJ 82.743.832/0001-62
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/06/2021
SOB N: 20218828039

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 40425118053 - GERSON DE BORBA DIAS - Assinado em 08/06/2021 às 15:01:57
Cpf: 62587960959 - SANDRE GRANZOTTO MACEDO - Assinado em 08/06/2021 às 15:03:30



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/06/2021

Arquivamento 20218828039 Protocolo 218828039 de 10/06/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441426820996984

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/06/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

10/06/2021





República Federativa do Brasil

Estado de Santa Catarina

Município e Comarca de Gaspar

Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Títulos

JULIO CESAR BRIDON DOS SANTOS - Tabelião

PROCURAÇÃO PÚBLICA

TRASLADO

Livro: 298 | Folha: 143

Protocolo: 31646

Data do Protocolo: 16/06/2020

Bastante que faz **PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**, como abaixo se declara(m): **SAIBAM** os que este público instrumento de procuração virem que, aos dezesseis (16) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte (2020), neste Município e Comarca de Gaspar, Estado de Santa Catarina, perante mim, **TABELIÃO SUBSTITUTO**, compareceu(ram) como outorgante(s), **PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Blumenau, nº 20 D, Bairro Líder, nesta Cidade e Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.743.832/0001-62, e suas filiais, sendo Filial 1- CNPJ son nº 82.743.832/0002-43, com sede na Linha Faxinal do Tigre, s/nº, Zona Rural, no Município de Guatambu/SC, Filial 2 – CNPJ sob nº 82.743.832/0004-05, com sede na Rodovia Estadual SC-135, s/nº, Km 164, Zona Rural, no Município de Ibiam /SC, e Filial 3 - CNPJ nº 82.743.832/0005-96 com sede no Distrito de Santa Lúcia, no Município de Ouro/SC, constituída pelo Contrato Social registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, em 31/10/1990, NIRE sob o nº 42 2 0135601-0, neste ato representada por seus Sócios Administradores: **GERSON DE BORBA DIAS**, brasileiro, o qual declara ser casado, empresário/engenheiro Civil, natural de Bagé/RS, nascido em 22/08/1993, portador da Cédula de Identidade nº 4.626.084 expedida em 10/06/2015 pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 404.251.180-53, residente e domiciliadoa Rua DelfimMário Pádua Peixoto, 350, Praia Brava, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e **SANDRÉ GRANZOTTO MACEDO**, brasileiro, casado, empresário/engenheiro agrônomo, natural de Lages/SC, nascido em 25/12/1967, portador da Cédula de Identidade nº 1.409.816 expedida pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob o nº 625.879.609-59, residente e domiciliada na Rodovia Rodesindo Pavan, 9305, Casa 01, na Praia do Estaleiro, Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, conforme poderes conferidos pela Cláusula 17ª (decimal sétima), e da 30ª (trigésima) Alteração Contratual Consolidada, devidamente Registrada na JUCESC em 31/01/2020, sob o nº 204832225, a qual os representantes declaram, sob as penas da lei, não haver alteração contratual posterior, contendo dados totalmente atualizados, conforme Certidão Simplificada da Junta Comercial emitida em 06/05/2020; conhecido(s) como o(s) próprio(s) e que, por este público instrumento nomeava(m) e constituia(m) seu(s) bastante procurador(es), **JAIRO PAULO LAMMEL**, de nacionalidade brasileira, nascido em 17/04/1962, divorciado, engenheiro civil, filho(a) de Arlindo Lammel e Elice Pertile Lammel, portador da cédula de identidade nº 7.949.386, órgão emissor SESP-SC, expedida em 14/08/2017, portador do CPF nº 437.314.579-20, residente e domiciliado na rua Quintino Bocaiuva-D, nº388, apto nº201, bairro Presidente Médici, cidade de Chapecó-SC, CEP: 89801-080 (*dados fornecidos por declaração, ficando a outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção*); com amplos e especiais poderes para o fim especial de representa-la em processos licitatórios em todas as suas modalidades, em quaisquer órgãos públicos, podendo para isso o dito procurador apresentar propostas, formular lances

Continua na próxima página...(Página 1/3)



República Federativa do Brasil

Estado de Santa Catarina

Município e Comarca de Gaspar

Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Títulos

JULIO CESAR BRIDON DOS SANTOS - Tabelião

PROCURAÇÃO PÚBLICA

TRASLADO

Livro: 298 | Folha: 144

Protocolo: 31646

Data do Protocolo: 16/06/2020

pertinentes, assinar declarações, requerimentos, cartas, termos e livros, protocolar, solicitar e requerer todo e qualquer documento; apresentar impugnações e recursos, assinar contratos de prestação de serviço, estipulando cláusulas e condições e demais atos jurídicos ou administrativos que se fizerem necessários e pertinentes ao certame, bem como nomear prepostos, constituir advogado e/ou procurador, substabelecer, bem como assinar carta de credenciamento e demais documentos exigidos pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, enfim praticar todos os atos necessários ao bom desempenho do presente mandato, o que a tudo a outorgante dará por bom, firme e valioso (LAVRADO SOB MINUTA). **Dados fornecidos por declaração, ficando a outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção.** Que a presente procuração pública é lavrada de conformidade com o art. 215 do Código Civil. **O(a)(s) outorgante(s) foi(ram) alertado(s) que, de conformidade com o art. 682 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), o mandato se extingue pela revogação ou pela renúncia; pela morte ou interdição de uma das partes; pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer; e pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio. O(a)(s) outorgante(s) foi(ram) orientado(s) ainda com todas as demais regras previstas entre os artigos 683 e 692 constantes da Seção IV, Capítulo X, Título VI, Livro da Parte Especial do mesmo diploma legal e que disciplina a matéria relativa a "Extinção do Mandato".** Os demais documentos acima citados, foram apresentados em seus originais, cujas fotocópias encontram-se arquivadas nesta Serventia em pasta própria, tudo de conformidade com o artigo 799 e parágrafo único do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina. Assim o disse(ram) do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento que lhe(s) li, aceitou(aram) e assina(m). Dispensadas as testemunhas conforme o art. 215, § 5º do Código Civil Brasileiro. Eu, RAFAEL SCHWARTZ, Escrevente Notarial que a digitei. Eu, JULIO CESAR BRIDON DOS SANTOS JUNIOR, Tabelião Substituto que a subscrevo e assino. Assinaram nesta procuração: GERSON DE BORBA DIAS como Representante representando a PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA, SANDRE GRANZOTTO MACEDO como Representante representando a PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA. Nada mais, trasladada em seguida. Porto por fé que o presente traslado é cópia fiel da procuração lavrada por este serviço notarial. Observação: Eventualmente, a quantidade de folhas do livro e traslado podem divergir, pois o livro dependerá do número de partes envolvidas no ato e o traslado dependerá da quantidade de selos utilizados, que são impressos ao final do traslado. **Emolumentos: 1 Selo de Fiscalização pago (FUQ52168-WO2Y) - R\$ 2.80. 1 Procuração para atos negociais - R\$ 57.00. 1 Comunicação da lavratura de procuração a junta comercial - R\$ 12,00, Total: R\$ 71,80.**



Continua na próxima página...(Página 2/3)



PROCURAÇÃO PÚBLICA

República Federativa do Brasil

Estado de Santa Catarina

Município e Comarca de Gaspar

Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Títulos

JULIO CESAR BRIDON DOS SANTOS - Tabelião

TRASLADO

Livro: 298 | Folha: 145

Protocolo: 31646

Data do Protocolo: 16/06/2020

Gaspar - SC, 16 de junho de 2020.

JÚLIO CESAR BRIDON DOS SANTOS JUNIOR

Tabelião Substituto

RAFAEL SCHWARTZ
Escrevente Notarial

Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto
de Títulos da Comarca de Gaspar-SC

JULIO CESAR BRIDON DOS SANTOS
Tabelião

Av. das Comunidades, 310 - Térreo

89.110-085 - Fone / Fax 3332-0251

GASPAR - SANTA CATARINA



Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Normal
FUQ52168-WO2Y
Confira os dados do ato em:
www.tjsc.jus.br/selo

Documento impresso por meio eletrônico. Qualquer rasura ou indício de adulteração será considerado fraude.



(Página 3/3)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.949.386 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/AGO/2017

NOME JAIRO PAULO LAMMEL

FILIAÇÃO ARLINDO LAMMEL
ELICE PERTILE LAMMEL

NATURALIDADE ABELARDO LUZ SC DATA DE NASCIMENTO 17/04/1962

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 11849 LV B - 52 FL 125
CART. GODOY - PORTO VELHO RO
"COM AVRE. DIVÓRCIO"

CPF 437.314.579-20 PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Perito Criminal
Diretor do Instituto de Identificação - IGP/SC

CHAPECÓ - SC ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Estado de Santa Catarina
Escrivania de Paz do Distrito de Figueira
distrito de Figueira, Município e Comarca de Chapecó
CRISTINA LUCIA LANG - Escrivã de Paz
Linha Simonetto, S/N, Interior, Distrito de Figueira, Chapecó - SC, 89800-000 -
(49) 3321-4833 - figueiracartorio@gmail.com

Autenticação: Autentico a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do documento que me foi apresentado com a qual conferi e dou fé.

Emolumentos: 1 Autenticação = R\$ 4,44 | 1 Selo de Fiscalização Pago (GKD44818-WF9H) = R\$ 3,11 | Total = R\$ 7,55 | Recibo Nº: 151057
Selo Digital de Fiscalização GKD44818-WF9H
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Chapecó - 23 de fevereiro de 2022



EMANUEL DAVI BAGGIO - Escrevente Notarial

EM BRANCO



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REGULARIDADE FISCAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 82.743.832/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/10/1990
------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PLANATERRA	PORTE DEMAIS
-------------------------------------------------------------------	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado 23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção 23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 41.20-4-00 - Construção de edifícios 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R BLUMENAU	NÚMERO 20	COMPLEMENTO LETRA D
---------------------------------	---------------------	-------------------------------

CEP 89.805-430	BAIRRO/DISTRITO LIDER	MUNICÍPIO CHAPECO	UF SC
--------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO NFE@PLANATERRA.COM.BR	TELEFONE (49) 3321-1924
-----------------------------------------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	-------------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/03/2022 às 10:15:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS COM EFEITOS DE NEGATIVA

NÚMERO CERTIDÃO:

30018 / 2022

DATA DA EMISSÃO:

10/03/2022

DATA DA VALIDADE:

09/04/2022

CPF / CNPJ:

82.743.832/0001-62

NOME / RAZÃO SOCIAL:

PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

12856

ATIVIDADE CNAE:

4211101 - Construção de rodovias e ferrovias

0810009 - Extração de basalto e beneficiamento associado

4299599 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente

4313400 - Obras de terraplenagem

4689301 - Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis

7112000 - Serviços de engenharia

ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO:

Logradouro: BLUMENAU, 20 D

Complemento:

Bairro: LIDER

Apto:

Bloco:

CEP: 89805-430

AVISO:

Certidão Positiva com Efeito de Negativa

DESCRIÇÃO:

Declaramos para todos os fins e efeitos legais, que o CONTRIBUINTE acima identificado possui débitos lançados de ofício, NÃO VENCIDOS, na data em que lavramos a presente Certidão, e/ou, cujos débitos estejam com sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional.

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

C2230018N8950D27

A autenticidade desta poderá ser confirmada na página da Município de Chapecó
www.chapeco.sc.gov.br

Município de Chapecó

Av. Getúlio Dorneles Vargas, 957S





**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**
CNPJ/CPF: **82.743.832/0001-62**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	220140027141162
Data de emissão:	21/02/2022 09:28:53
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	22/04/2022

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 21/02/2022 09:28:53





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
CNPJ: 82.743.832/0001-62

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:06:03 do dia 21/02/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/08/2022.

Código de controle da certidão: **BA12.EC78.D6F0.FB8F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 82.743.832/0001-62

Razão Social: PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Endereço: R BLUMENAU 20 D / LIDER / CHAPECO / SC / 89805-430

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/02/2022 a 21/03/2022

Certificação Número: 2022022001065945505561

Informação obtida em 21/02/2022 14:15:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Certidão nº: 6115165/2022

Expedição: 21/02/2022, às 14:11:00

Validade: 20/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **82.743.832/0001-62**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



21/02/2022

0011962688

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Chapecó

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 9265477**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Chapecó, com distribuição anterior à data de 20/02/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, portador do CNPJ: 82.743.832/0001-62. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Chapecó, segunda-feira, 21 de fevereiro de 2022.

PEDIDO Nº:**0011962688**



CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 1311162

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Raiz do CNPJ: 82.743.832

Certidão emitida às 14:22 de 21/02/2022.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Esta certidão abrange todo o primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Catarinense.
- 3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 4) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- 6) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42201356010	CNPJ 82.743.832/0001-62
NOME EMPRESARIAL Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 48
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) CA.DA.DA.0C.3A.D8.64.D1.BF.C3.D1.46.27.A6.0A.03.BF.41.F0.93	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Empresário	40425118053	GERSON DE BORBA DIAS:40425118053	890181782377098577 7	10/05/2019 a 10/05/2022	Sim
Empresário	62587960959	SANDRE GRANZOTTO MACEDO:62587960959	603035100760653160 7	09/05/2019 a 09/05/2022	Não
Contador	82824169915	CARMO ALEX ROHRIG:82824169915	845150318068545483 1	14/12/2020 a 14/12/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

CA.DA.DA.0C.3A.D8.64.D1.BF.C3.D1.4
6.27.A6.0A.03.BF.41.F0.93-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/04/2021 às 17:40:12

C6.4C.D4.A3.56.E4.39.BE
65.C3.A7.0F.75.20.67.29

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Número de Ordem do Livro: 48

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda
NIRE	42201356010
CNPJ	82.743.832/0001-62
Número de Ordem	48
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO
Município	Chapecó
Data do arquivamento dos atos constitutivos	31/10/1990
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital	343582

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO
Número de ordem	48
Quantidade total de linhas do arquivo digital	343582
Data de inicio	01/01/2020
Data de término	31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CA.DA.DA.0C.3A.D8.64.D1.BF.C3.D1.46.27.A6.0A.03.BF.41.F0.93-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



DADOS DAS ASSINATURAS



Entidade: Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Número de Ordem do Livro: 48

Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Empresário
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	404.251.180-53
Nº de Série do Certificado	8901817823770985777
Nome do Signatário	GERSON DE BORBA DIAS:40425118053
Autoridade Certificadora Emissora	AC SAFEWEB RFB v5
Validade	10/05/2019 a 10/05/2022

Qualificação do Assinante	Empresário
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	625.879.609-59
Nº de Série do Certificado	6030351007606531607
Nome do Signatário	SANDRE GRANZOTTO MACEDO:62587960959
Autoridade Certificadora Emissora	AC SAFEWEB RFB v5
Validade	09/05/2019 a 09/05/2022



DADOS DAS ASSINATURAS

Entidade: Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Número de Ordem do Livro: 48

Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Contador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	828.241.699-15
Nº de Série do Certificado	8451503180685454831
Nome do Signatário	CARMO ALEX ROHRIG:82824169915
Autoridade Certificadora Emissora	AC SAFEWEB RFB v5
Validade	14/12/2020 a 14/12/2021

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda

CNPJ: 82.743.832/0001-62 Nire: 42201356010 Scp:

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário

Natureza do Livro: LIVRO DIÁRIO

Identificação do arquivo(hash): CA.DA.DA.0C.3A.D8.64.D1.BF.C3.D1.46.27.A6.0A.03.BF.41.F0.93-

Consulta Realizada em: 28/04/2021 14:56:36

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

8.0.5

Página 1 de 1



BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda
 Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 82.743.832/0001-62
 Número de Ordem do Livro: 48
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 55.130.729,49	R\$ 64.975.108,38
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 16.267.617,06	R\$ 21.809.045,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 5.377.414,00	R\$ 17.299.120,76
CAIXA		R\$ 116.421,96	R\$ 167.085,59
BANCO CONTA MOVIMENTO		R\$ 240.881,74	R\$ 372.184,75
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 5.020.110,30	R\$ 16.759.850,42
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		R\$ 4.981.557,71	R\$ 4.509.924,62
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 4.877.137,27	R\$ 3.246.401,31
ADIANTAMENTOS FORNECEDORES		R\$ 13.398,75	R\$ 379.900,67
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 6.659,60	R\$ 353.160,76
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R\$ 84.362,09	R\$ 530.461,88
ESTOQUES		R\$ 5.908.645,35	R\$ 0,00
IMÓVEIS PARA VENDA		R\$ 1.851.259,90	R\$ 0,00
IMOVEIS		R\$ 1.851.259,90	R\$ 0,00
SERVICOS EM ANDAMENTO		R\$ 4.057.385,45	R\$ 0,00
OBRAS EM ANDAMENTO		R\$ 4.057.385,45	R\$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 38.863.112,43	R\$ 43.166.063,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R\$ 462.976,90	R\$ 3.613.355,57
DEPOSITOS JUDICIAIS		R\$ 456.316,90	R\$ 500.631,68
INVESTIMENTOS		R\$ 6.660,00	R\$ 3.112.723,89
IMOBILIZADO		R\$ 38.400.135,53	R\$ 39.552.707,43
IMOBILIZADO OPERACIONAL		R\$ 60.402.815,70	R\$ 63.399.101,08
(-) (-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R\$ (47.568.278,17)	R\$ (49.411.991,65)
INTANGÍVEL		R\$ 25.565.598,00	R\$ 25.565.598,00
JAZIDAS MINERAIS - REAVALIACAO		R\$ 25.565.598,00	R\$ 25.565.598,00
PASSIVO		R\$ 55.130.729,49	R\$ 64.975.108,38
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 8.968.293,34	R\$ 12.728.711,33
OBRIGAÇÕES		R\$ 8.968.293,34	R\$ 12.728.711,33
OBRIGAÇÕES C/ FORNECEDORES		R\$ 4.632.718,16	R\$ 3.205.673,58
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 2.177.528,57	R\$ 3.171.138,90
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R\$ 819.733,40	R\$ 2.825.055,33
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R\$ 594.510,19	R\$ 1.077.060,66
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 98.912,28	R\$ 789.446,39
JUROS S/ CAPITAL PROPRIO A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 510.000,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		R\$ 104.829,51	R\$ 393.796,21
PROVISÕES		R\$ 540.061,23	R\$ 756.540,26
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 4.924.857,35	R\$ 10.333.383,90
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 4.924.857,35	R\$ 10.333.383,90
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 4.924.857,35	R\$ 10.333.383,90
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 41.237.578,80	R\$ 41.913.013,15
CAPITAL SOCIAL		R\$ 15.582.100,00	R\$ 16.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 15.582.100,00	R\$ 16.000.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 89.880,80	R\$ 347.415,15
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 89.880,80	R\$ 347.415,15
RESERVAS DE REAVALIACAO		R\$ 25.565.598,00	R\$ 25.565.598,00
RESERVA DE REAVALIACAO DE IMOVEIS		R\$ 25.565.598,00	R\$ 25.565.598,00
RESERVA DE REAVALIACAO - JAZIDA		R\$ 25.565.598,00	R\$ 25.565.598,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CA.DA.DA.0C.3A.D8.64.D1.BF.C3.D1.46.27.A6.0A.03.BF.41.F0.93-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 6.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Número de Ordem do Livro: 48

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 45.324.816,54	R\$ 149.778.682,27
RECEITA BRUTA VENDAS		R\$ 45.324.816,54	R\$ 149.778.682,27
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (3.127.033,61)	R\$ (10.209.108,64)
(-) VENDAS CANCELADAS		R\$ (67.788,61)	R\$ (3.481.724,97)
(-) (-) VENDAS CANCELADAS		R\$ (67.788,61)	R\$ (3.481.724,97)
(-) IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS		R\$ (3.059.245,00)	R\$ (6.727.383,67)
(-) (-) IMPOSTOS INCIDENTES S/ VENDAS		R\$ (3.059.245,00)	R\$ (6.727.383,67)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVICOS		R\$ (33.774.478,01)	R\$ (113.966.225,56)
(-) CUSTOS MAO DE OBRA - DIRETA		R\$ (8.368.946,76)	R\$ (15.945.006,70)
(-) GASTOS GERAIS NA PREST. SERVICOS		R\$ (25.405.531,25)	R\$ (98.021.218,86)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (8.299.336,44)	R\$ (18.453.143,72)
(-) ADMINISTRATIVAS		R\$ (8.130.635,47)	R\$ (16.362.377,01)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (8.130.635,47)	R\$ (16.362.377,01)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (279.930,20)	R\$ (2.131.495,94)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (279.930,20)	R\$ (2.131.495,94)
(-) RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 288.024,79	R\$ 249.731,29
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 288.024,79	R\$ 249.731,29
(-) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 18.765,93	R\$ 72.849,99
RECUPERACAO DE DESPESAS		R\$ 18.765,93	R\$ 72.849,99
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (195.561,49)	R\$ (281.852,05)
(-) OUTRAS DESPESAS		R\$ (195.561,49)	R\$ (281.852,05)
RESULTADOS NAO OPERACIONAIS		R\$ 1.176.895,22	R\$ 588.325,83
RECEITAS NAO OPERACIONAIS		R\$ 1.176.895,22	R\$ 588.325,83
RECEITAS NAO OPERACIONAIS		R\$ 1.176.895,22	R\$ 588.325,83
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R\$ (119.363,96)	R\$ (696.467,72)
(-) PROVISAO PARA CONTR. SOCIAL S/ LUCRO		R\$ (119.363,96)	R\$ (696.467,72)
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		R\$ (307.566,55)	R\$ (1.910.632,55)
(-) PROVISAO PARA IMPOSTO RENDA		R\$ (307.566,55)	R\$ (1.910.632,55)
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 873.933,19	R\$ 5.131.429,91

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número CA.DA.DA.0C.3A.D8.64.D1.BF.C3.D1.46.27.A6.0A.03.BF.41.F0.93-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped
Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade: Planaterra Terraplenagem e Pavimentacao Ltda
Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 **CNP** 82.743.832/0001-62 **Número de Ordem do Livro:** 48
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Histórico	CAPITAL REGISTRADO (R\$)	(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR (R\$)	DISTRIB. LUCROS GERSON DE BORBA DIAS (R\$)	DISTRIB. LUCROS SANDRE GRANZOTTO MACEDO (R\$)	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS (R\$)	PREJUÍZO DO EXERCÍCIO EM CURSO (R\$)	RESERVA DE REAVLIAÇÃO - JAZIDA (R\$)	Total (R\$)
Saldo Inicial em 01.01.2020	16.000.000,00	(-)417.900,00	0,00	0,00	1.306.146,66	(-)1.216.265,86	25.565.598,00	41.237.578,80
Apuração Resultado Exercício					5.336.298,24	(-)204.868,33		5.131.429,91
Nº PAGAMENTO DISTRIB LUCROS GERSON DE BORBA DIAS			(-)3.498.283,11	(-)957.712,45				(-)4.455.995,56
VALOR REF. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL - SOCIO GERSON DE BORBA DIAS		417.900,00	(-)74.320,00	(-)343.580,00				0,00
Saldo Final em 31.12.2020	16.000.000,00	0,00	(-)3.572.603,11	(-)1.301.292,45	6.642.444,90	(-)1.421.134,19	25.565.598,00	41.913.013,15

Notas

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE	21.809	16.268
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.299	5.378
CAIXA	167	117
BANCOS C/MOVTO	372	241
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	16.760	5.020
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	4.510	4.981
CLIENTES	3.246	4.877
IMPOSTOS A RECUPERAR	353	7
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	380	13
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	531	84
ESTOQUES	-	5.909
ESTOQUES	-	5.909
ATIVO NÃO CIRCULANTE	43.166	38.863
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.613	463
IMOBILIZADO OPERACIONAL	13.987	12.834
INTANGÍVEL	25.566	25.566
TOTAL DO ATIVO	64.975	55.131

Chapecó - SC 31 de dezembro de 2020

Gerson De Borba Dias
Sócio Administrador
CPF: 404.251.180-53

Sandré Granzotto Macedo
Sócio Administrador
CPF 625.879.609-59

Carmo Alex Rohrig
Contador
CRC/SC 23404/O-0
CPF: 828.241.699-15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucese.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

31/03/2021



BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE	12.729	8.968
OBRIGAÇÕES	12.729	8.968
OBRIGAÇÕES C/ FORNECEDORES	3.206	4.632
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	3.171	2.177
OBRIGAÇÕES FISCAIS	2.825	820
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	1.834	1.135
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.693	204
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10.333	4.925
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	10.333	4.925
TOTAL DO PASSIVO	23.062	13.893
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL	16.000	15.582
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	25.566	25.566
LUCROS E/OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	347	90
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.913	41.238
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.975	55.131

Chapecó - SC 31 de dezembro de 2020

Gerson De Borba Dias
Sócio Administrador
CPF: 404.251.180-53

Sandré Granzotto Macedo
Sócio Administrador
CPF 625.879.609-59

Carmo Alex Rohrig
Contador
CRC/SC 23404/O-0
CPF: 828.241.699-15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

31/03/2021



PLANATERRA - Terraplenagem e Pavimentação Ltda
 Rua Blumenau 20D, Bairro Líder - CEP 89805-430 - Chapecó - SC
 CNPJ 82.743.832/0001-62 Nire 42201356010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DR

(Valores em milhares de Reais)	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS LIQUIDA	139.569	42.198
(-) CUSTOS DIRETOS C/ SERVIÇO E VENDAS	15.945	25.406
(-) CUSTOS DIRETOS C/ MÃO DE OBRA	98.021	8.369
LUCRO BRUTO	25.603	8.423
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	16.571	8.307
(-)DESPESAS ADMINISTRATIVAS	16.362	8.131
(-)OUTRAS DESPESAS	282	195
(+)OUTRAS RECEITAS	73	19
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	9.032	116
(-)DESPESAS FINANCEIRAS	2.131	280
(+)RECEITAS FINANCEIRAS	250	288
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.151	124
(-) PROVISÃO IMPOSTO RENDA / CONT. SOCIAL	2.607	427
RESULTADO LIQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	4.544	(303)
(+) VENDA DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.892	6.903
(-) CUSTO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE VENDIDO	1.304	5.726
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	5.132	874

CHAPECO-SC, 31 de Dezembro de 2020

Gerson De Borba Dias
 Sócio Administrador
 CPF: 404.251.180-53

Sandré Granzotto Macedo
 Sócio Administrador
 CPF 625.879.609-59

Carmo Alex Rohrig
 Contador
 CRC/SC 23404/O-0
 CPF: 828.241.699-15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

31/03/2021



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO - DMPL

DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CAPITAL SOCIAL	LUCROS PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	TOTAIS
SALDOS EM (R\$) 31/12/2018	25.000	3.005	25.566	53.571
Lucro Líquido Do Exercício		874		874
Ajuste de Exercícios Anteriores		-		-
Redução Capital Social - Cisão	(10.718)			(10.718)
Aumento Capital Social	1.718			1.718
Capital Social a Integralizar	(418)			(418)
Distribuição de Lucros/Dividendos		(3.789)		(3.789)
SALDOS EM (R\$) 31/12/2019	15.582	90	25.566	41.238
Lucro Líquido do Exercício		5.132		5.132
Ajuste de Exercícios Anteriores		-		-
Redução Capital Social - Cisão				
Aumento Capital Social	418			418
Capital Social a Integralizar				
Distribuição de Lucros/Dividendos		(4.875)		(4.875)
SALDOS EM R\$ 31/12/2020	16.000	347	25.566	41.913

(Valores em milhares de Reais)

Chapeco SC, 31 de dezembro de 2020

Gerson De Borba Dias
 Sócio Administrador
 CPF: 404.251.180-53

Sandré Granzotto Macedo
 Sócio Administrador
 CPF 625.879.609-59

Carmo Alex Rohrig
 Contador
 CRC/SC 23404/O-0
 CPF: 828.241.699-15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

31/03/2021



PLANATERRA - Terraplenagem e Pavimentação Ltda CNPJ: 82.743.832/0001-62 Rua Blumenau 20 D, Bairro Líder - CEP 89805-430 - CHAPECO - SC Nire 42201356010		
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS - DLPA		
DLPA - DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS - 31/12/2020	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS - 31/12/2019
(Valores em milhares de Reais)		
Saldo Inicial do Período	90	3.005
Lucro Líquido do Exercício	5.132	874
Ajuste do Exercício	-	-
Distribuição de Lucros/Dividendos	(4.875)	(3.789)
Saldo Final do Período	347	90

Chapeco, SC 31 de dezembro de 2020

Gerson De Borba Dias
Sócio Administrador
CPF: 404.251.180-53

Sandré Granzotto Macedo
Sócio Administrador
CPF 625.879.609-59

Carmo Alex Rohrig
Contador
CRC/SC 23404/O-0
CPF: 828.241.699-15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 31/03/2021
Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010
Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>
Chancela 506842417016048
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

31/03/2021



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

(Valores em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Exercício	5.132	874
Ajustes ao Lucro		
Depreciação	1.844	(1.210)
Ajuste do Exercício Anterior	-	-
Ajustes variações contas Ativo e Passivo Operacional		
Aumento/ Diminuição de Créditos	3.231	(7.778)
Aumento/ Diminuição de Fornecedores	(1.427)	3.770
Aumento/ Diminuição de Obrigações Sociais e Tributárias	2.487	454
Aumento/ Diminuição de Outras Conta a Pagar	1.706	(1.886)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	12.973	(5.776)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Investimentos Permanentes		
Aquisição/ Baixas do Imobilizado -	(2.996)	10.938
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2.996)	10.938
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento / Diminuição Capital Social	418	(9.418)
Distribuição Lucros aos Sócios	(4.875)	(3.789)
Aumento/ Diminuição de Financiamentos	6.402	7.102
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	1.945	(6.105)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.922	(943)
Caixa e Equivalente de caixa no início do período	5.377	6.320
Caixa e Equivalente de caixa no final do período	17.299	5.377

CHAPECÓ-SC, 31 de Dezembro de 2020

Gerson De Borba Dias
Sócio Administrador
CPF: 404.251.180-53

Sandré Granzotto Macedo
Sócio Administrador
CPF 625.879.609-59

Carmo Alex Rohrig
Contador
CRC/SC 23404/O-0
CPF: 828.241.699-15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

31/03/2021



DEMONSTRATIVO ECONÔMICO FINANCEIRO

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL			dez/20
ILG	AC + RLP	25.422	1,102
	PC + ELP	23.062	

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE			dez/20
LC	AC	21.809	1,713
	PC	12.729	

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL			dez/20
ISG	AT	64.975	2,817
	PC + ELP	23.062	

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL			dez/20
IEG	PC + ELP	23.062	0,3549
	AT	64.975	

Chapecó - SC 31 de dezembro de 2020

Gerson De Borba Dias
Sócio Administrador
CPF: 404.251.180-53

Sandré Granzotto Macedo
Sócio Administrador
CPF 625.879.609-59

Carmo Alex Rohrig
Contador
CRC/SC 23404/O-0
CPF: 828.241.699-15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

31/03/2021



PLANATERRA – TERRAPLENAGEM PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Rua Blumenau, 20-D, Bairro Líder – CEP 89805-430 - Chapecó - SC

CNPJ 82.743.832/0001-62

–

Nire 42201356010

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Período 01 janeiro 2020 a 31 de dezembro de 2020

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Planaterra – Terraplenagem e Pavimentação Ltda, é uma empresa de direito privado com atuação em todo o Brasil, tem como principal atividade desenvolvida, a prestação de serviços de obras de infraestrutura, com foco na construção, conservação e manutenção de rodovias; além dessa atividade a empresa ainda presta serviços de pavimentação asfáltica, terraplenagem, aterramentos e demais serviços assemelhados; extração, beneficiamento e comércio de pedras britadas, areia industrial e pré-moldados de concreto; serviços complementares de engenharia e obras de arte especiais como túneis, viadutos, galerias de água pluvial. Possui três filiais em área própria, uma situada no município de Guatambú-SC, uma no município de Ibiam – SC e outra no município de Ouro -SC, desenvolvendo em todas a extração e o processamento de pedras britadas e usinagem de asfalto.

Em 2019, a empresa passou por um processo de Cisão Parcial e de Reestruturação, sendo que em função do mesmo, houve uma redução do patrimônio líquido da empresa, bem como também, uma modificação no quadro social, passando a ter novos administradores.

A empresa manteve suas atividades operacionais, com foco especial nas obras de infraestrutura e no comércio de material britado, tendo em 2020 um expressivo aumento no seu faturamento.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e 2019 (comparativa), estão sendo apresentas em milhares de reais e tem como moeda funcional da entidade o Real (R\$).

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas adotas no Brasil, tomando-se por base os Termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1255/2009, que trata da Escrituração Contábil.

Portanto atendendo os Termos da NBC TG 1000 a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, DR - Demonstração do Resultado, DLP - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, DMPL - Demonstração Das Mutações Do Patrimônio Líquido, DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas. Por a empresa não possuir nenhum item de outro resultado abrangente em nenhum dos períodos para os quais as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas, ela está dispensada a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

31/03/2021



NOTA 3 – Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas com as práticas adotadas no Brasil.

- a) A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro-rata” dia e calculadas com base no método exponencial.
- b) São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras onde a empresa tem intenção de utilização imediata. As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são avaliadas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.
- c) Atendendo ao conteúdo da NBC TG 1000, editado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1255/2009, a administração da empresa, considerando que não houve mudanças significativas nos seus ativos, optando assim por dispensar a realização dos testes efetivos de Impairment, uma vez que não existia indicação relevante de não recuperabilidade.
- d) Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Levando-se em consideração essa análise, constatou-se que a empresa não possui ativos nem passivos contingentes.
- e) A empresa não realizou o ajuste de valor presente, no que se refere aos ativos e passivos, por considerar que referido ajuste não é relevante.
- f) O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31.12.1995, mais as adições e baixas até a data do balanço, ajustadas pela depreciação acumulada calculada pelo método linear.
- g) As obrigações de curto e longo prazo representadas pelo passivo circulante e não circulante, são demonstradas pelos seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, os encargos financeiros até a data do balanço.
- h) Os valores para pagamento de férias e encargos foram provisionados de acordo com os direitos adquiridos pelos funcionários até 31.12.2020.
- i) O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, são calculados pelo regime de apuração com base no lucro real anual.
- j) A elaboração de demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, excetuando-se a letra “e” acima. Os resultados finais podem divergir dessas estimativas.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regln.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

31/03/2021



NOTA 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo das contas compreendem:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	167	117
Banco Conta Movimento	372	241
Aplicações de Liquidez Imediata	16.760	5.020
TOTAL	17.299	5.378

NOTA 5 – Créditos

O saldo das contas compreendem:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Duplicatas a Receber	3.246	4.877
Adiantamentos a Fornecedores	380	13
Impostos a Recuperar	353	7
Adiantamentos	531	84
TOTAL	4.510	4.981

NOTA 6 – Estoques

O saldo das contas compreendem:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Imóveis Destinados a Venda -	0,00	1.851
Contratos/Obras em Andamento (executado e não faturado)	0,00	4.057
TOTAL	0,00	5.909

Os valores registrados em obras em andamento correspondiam aos custos incorridos dos contratos em execução até 31/12/2019, sendo que em 31/12/2020 não houve valores apurados nesse sentido.

NOTA 7 – Realizável a Longo Prazo

O saldo das contas compreendem:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Cotas Consórcios	5	0,00
Bens Móveis e Imóveis Investimento	3.101	0,00
Cota Capital Bancos Investimento	7	7
Depósitos Judiciais	500	456
TOTAL	3.613	463

Os valores correspondentes aos investimentos trata-se de investimentos efetuados pela empresa na compra e construção de imóveis de terceiros, tendo como objetivo a venda futura.

NOTA 8 – Imobilizado



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

31/03/2021



Composição do saldo em 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

Contas	Em Reais				
	Taxa	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
				31.12.2020	31.12.2019
Terrenos	-	1.148	0,00	1.148	1.148
Máquinas e Equipamentos	10%	34.046	24.047	9.999	7.519
Informática	20%	663	622	41	54
Móveis, Utensílios	10%	509	371	138	177
Veículos	20%	17.164	15.524	1.640	945
Equips. usina e britador	10%	9.479	8.720	759	2.897
Instalações	-	390	128	262	94
Total		63.399	49.412	13.987	12.834

Os bens do ativo imobilizado, correspondente aos bens operacionais, e não foram submetidos ao valor justo. A empresa não efetuou análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens. Em decorrência da cisão que a empresa realizou no ano calendário, ocorreu uma diminuição mais significativa em determinadas contas/bens do ativo imobilizado.

NOTA 9 – Obrigações

O saldo das obrigações a pagar compreendem:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores	3.206	4.632
Empréstimos e Financiamentos C. Prazo	3.171	2.177
Empréstimo e Financiamentos L. Prazo	10.333	4.925
Obrigações Tributárias	2.825	820
Obrigações Trabalhistas	1.077	595
Juros s/ Capital Próprio a Pagar	510	0
Adiantamentos De Clientes	394	105
Provisões de Origem Trabalhista	757	540
Outras Obrigações a Pagar	789	99
TOTAL	23.062	13.893

As obrigações de curto e longo prazo são demonstradas pelos seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, os encargos financeiros até a data do balanço. Com relação aos empréstimos a curto e longo prazo, os mesmos foram contraídos na forma de Fime com juros de 6% (seis) por cento ao ano, onde os recursos foram investidos na aquisição de equipamentos destinados a atividade operacional da empresa.

NOTA 10 – Receita Bruta de Prestação de Serviços e Venda Mercadorias.

Saldos das contas compreendem:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://reg.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

31/03/2021



Contas	31/12/2020	31/12/2019
Receita		
Receita c/ Prestação de Serviços	138.879	36.932
Receita c/ Venda de Mercadorias	10.899	8.393
Total	149.778	45.325
Deduções da Receita		
Impostos Incidentes s/ Venda	6.727	3.059
Vendas Canceladas	3.482	68
Total	10.209	3.127
Receita Líquida	139.569	42.198

NOTA 11 – Receita e Despesas Financeiras.

SalDOS das contas compreendem:

Contas	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Financeiras		
Juros Pagos e Incorridos	1.529	232
Juros s/ Capital Próprio	600	0
Descontos Concedidos	2	48
Receita Financeira		
Descontos Recebidos	198	5
Juros Recebidos	22	104
Rendimento Aplicação Financeira	30	179
Encargos Financeiros Líquidos	(1.881)	8

NOTA 12 – Capital Social

O Capital Social da empresa é de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, sendo que R\$ 417.900,00 (quatrocentos e dezessete mil e novecentos reais) foram integralizados no ano de 2020.

O capital da empresa está assim representado:

Sócio	Part.	Nº cotas	Valor Unit.	Valor Total R\$
Gerson de Borba Dias	80%	12.800.000	1,00	12.800.000,00
Sandré Granzotto Macedo	20%	3.200.000	1,00	3.200.000,00
TOTAL	100%	16.000.000		16.000.000,00

Chapecó – SC, 31 de Dezembro de 2020.

Gerson De Borba Dias
Sócio Administrador
CPF 404.251.180-53

Sandré Granzotto Macedo
Sócio Administrador
CPF 625.879.609-59

Carmo Alex Röhrig
Contador CRC/SC 23404/O-0
CPF 828.241.699-15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

31/03/2021





219330735

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
PROTOCOLO	219330735 - 31/03/2021
ATO	223 - BALANCO
EVENTO	223 - BALANCO

MATRIZ

NIRE 42201356010
CNPJ 82.743.832/0001-62
CERTIFICO O REGISTRO EM 31/03/2021
SOB N: 20219330735

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf. 40425118053 - GERSON DE BORBA DIAS

Cpf. 62587960959 - SANDRE GRANZOTTO MACEDO

Cpf. 82824169915 - CARMO ALEX ROHRIG



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2021

Arquivamento 20219330735 Protocolo 219330735 de 31/03/2021 NIRE 42201356010

Nome da empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 506842417016048

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

31/03/2021



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

ÍNDICES CONTÁBEIS (2020)**ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL**

ILG	=	$\frac{AC + ANC}{PC + PNC}$
ILG	=	$\frac{21.809 + 43.166}{12.729 + 10.333}$
ILG	=	$\frac{64.975}{23.062}$
ILG	=	2.817

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

ILC	=	$\frac{AC}{PC}$
ILC	=	$\frac{21.809}{12.729}$
ILC	=	1.713

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL



ISG	=	$\frac{AT}{PC + ELP}$
ISG	=	$\frac{64.975}{12.729 + 10.333}$
ISG	=	$\frac{64.975}{23.062}$
ISG	=	2,817

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

IEG	=	$\frac{PC + PNC}{AT}$
IEG	=	$\frac{12.729 + 10.333}{64.975}$
IEG	=	$\frac{23.062}{64.975}$
IEG	=	0.354

Obs.: Valores expressos em milhares de reais.

Chapecó, 17 de Março de 2022.


Jairo Paulo Lammel
CPF 437.314.579-20
Rep. Legal/Procurador
Carino Alex Rohrig
Contador – CRC/ 1SC0234040-0
CPF 828.241.699-15.Visite www.planaterra.com.br
PLANATERRA - Uma empresa do Oeste Catarinense
fornecendo qualidade e pronto atendimento

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

COMPROVAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Especificamos para os devidos fins que o **Patrimônio Líquido** da Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda., R\$ **41.913.013,15** (Quarenta e um milhões novecentos e treze mil treze reais e quinze centavos), sendo que este valor é composto pela soma do Capital Social, Reservas de Reavaliação e Aumento de Capital e Lucros Acumulados, os referidos valores estão discriminados e podem ser comprovados através do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2020, via documento eletrônico SPED, cujo recibo é de nº CA.DA.DA.0C.3A.D8.64.D1.BF.C3.D1.4 6.27.A6.0A.03.BF.41.F0.93-8.

Patrimônio Líquido Mínimo exigido no edital CC 01/2022 R\$ 618.749,67.

Sendo assim a empresa dispõe do Patrimônio Líquido Mínimo exigido no edital em epígrafe.

Chapecó, 17 de Março de 2022.



PLANATERRA
Terraplenagem e Pavimentação Ltda.
Jairo Paulo Lammel
CPF 437.314.579-20
Representante Legal/Procurador

Visite www.planaterra.com.br
PLANATERRA - Uma empresa do Oeste Catarinense
fornecendo qualidade e pronto atendimento



Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

Ao (A) MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

A JNS SEGURADORA S.A está muito satisfeita em tê-lo como nosso Segurado em nossa **Apólice Digital**, emitida de acordo com o disposto na MP n.º 2.200-2/2001.

A MP supra referenciada instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP - Brasil, que garante a validade jurídica de documentos eletrônicos emitidos e certificados digitalmente.

Além da validade jurídica e da segurança do processo de certificação digital, a autenticidade deste documento poderá ser verificada através de nosso site <http://JNSSeguradora.com.br>, e confirmada após 7 (sete) dias úteis da emissão da apólice/endosso, através do site www.susep.gov.br utilizando o n.º 04111.2022.0001.0775.7032517.000000/Controle Interno - 100219.

Atenciosamente

JNS SEGURADORA S/A - 04111

TÍTULO: APÓLICE SEGURO GARANTIA Nº 1007507032517 - ENDOSSO 0
Documento eletrônico digitalmente assinado por:

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP - Brasil por: Signatários(as):

Assinado digitalmente por
Jorge Nacli NetoAssinado digitalmente por
Rodrigo Oliveira de Araujo Pinheiro

JORGE NACLI NETO - N.º de Série do Certificado: 2A500800CE5BC4B6A59D5592F764B29A - Data e Hora Mar 15 2022 10:56AM

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAUJO PINHEIRO - N.º de Série do Certificado: 366B37FF11D0C7052895E6821803D7EC - Data e Hora Mar 15 2022 10:56AM

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Nº Apólice: 1007507032517 - ENDOSSO 0
Controle Interno: 100219
Data da publicação: Mar 15 2022 10:56AM
Publicado por: Seguradora JNS SEGURADORA S.A - 04111

Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

Controle Interno/Código Controle: 100219

Este documento pode ter sua autenticidade verificada através do website <http://JNSseguradora.com.br>.

Após sete dias úteis da emissão, este documento poderá ser verificado no site da SUSEP: www.susep.gov.br. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484. SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros.

Central de Atendimento JNS - 0800 008 1808 / Ouvidoria JNS - 0800 008 1811

DEMONSTRATIVO DE PRÊMIO

Frontispício da Apólice

Importância Segurada: R\$ 61.874,97
Período de Vigência: 14/03/2022 à 13/05/2022
Modalidade / Cobertura Adicional: LICITANTE
Prêmio Líquido: R\$ 150,00
(+) Adicional de Fracionamento: R\$ 0,00
(+) IOF: R\$ 0,00

Prêmio Total: R\$ 150,00

Condição de Pagamento: À Vista
Número de Parcelas: 1
Forma de Cobrança: FICHA DE COMPENSAÇÃO - ITAÚ

Parcela	Vencimento	Valor
1	22/03/2022	R\$150,00

Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

Controle Interno/Código Controle: 100219Este documento pode ter sua autenticidade verificada através do website
<http://JNSSeguradora.com.br>.Após sete dias úteis da emissão, este documento poderá ser verificado no site da SUSEP:
www.susep.gov.br. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484. SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros.

Central de Atendimento JNS - 0800 008 1808 / Ouvidoria JNS - 0800 008 1811

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA**Frontispício da Apólice**

A JNS SEGURADORA S.A, inscrita sob o CNPJ nº 30.862.594/0001-00 com sede na ALAMEDA DOM PEDRO II, 21 - BATEL - CURITIBA - PR, garante por meio desta Apólice de Seguro Garantia as obrigações do **TOMADOR PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**, CNPJ n.º 82.743.832/0001-62, com sede na R Blumenau, 20 - Letra D, -, Bairro LIDER, CEP: 89.805-430, na Cidade CHAPECÓ, Estado Santa Catarina ao **SEGURADO MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**, CNPJ n.º 83.102.319/0001-55, com sede na R ERICH GIELOW, 35, Bairro CENTRO, CEP: 89.128-000, na Cidade LUIZ ALVES, Estado Santa Catarina, conforme as condições abaixo, previstas em Contrato:

Condições da Garantia

Modalidade	Limite Máximo de Garantia - L.M.G.	Ramo
LICITANTE	R\$ 61.874,97	75 - SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

(Modalidade, valor e prazo previstos no contrato)

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
LICITANTE	R\$ 61.874,97	14/03/2022	13/05/2022

*Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta apólice.

(Objeto da Garantia previsto no contrato)

Objeto	Descrição da cobertura do Seguro Garantia
Esta apólice, de riscos declarados, garante indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, caso o Tomador adjudicatário se recuse a assinar o Contrato Principal, nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no Edital nº EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 (Tomada de Preços/Concorrência).	
Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.	

Continua na próxima página.

Corretor: ROYAL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA/ SUSEP 212129857

Processo Susep nº 15414.900946/2018-11 - Plano Padronizado SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO - RAMO 0775.

O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização.

O Segurado/Tomador poderá consultar a situação cadastral de seu Corretor de Seguros, no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo Tomador, a Seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do Segurado contra o Tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro, através do Contrato de Contra Garantia, assinado entre TOMADOR e SEGURADORA, que rege os direitos e obrigações entre as partes, documento este que fará parte integrante e inseparável desta Apólice.



Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

Controle Interno/Código Controle: 100219

Este documento pode ter sua autenticidade verificada através do website <http://JNSSeguradora.com.br>.

Após sete dias úteis da emissão, este documento poderá ser verificado no site da SUSEP: www.susep.gov.br. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484. SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros.

Central de Atendimento JNS - 0800 008 1808 / Ouvidoria JNS - 0800 008 1811

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA**Frontispício da Apólice****(Objeto da Garantia previsto no contrato)**

Objeto	Descrição da cobertura do Seguro Garantia
Esta apólice não poderá ser utilizada como complemento ou endosso de apólice anteriormente fornecida por esta Seguradora, ou por Congênere, referente ao mesmo Edital e/ou Contrato, objeto deste seguro.	
Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da Susep n.º 477/13.	

Corretor: ROYAL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA/ SUSEP 212129857

Processo Susep nº 15414.900946/2018-11 - Plano Padronizado SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO - RAMO 0775.

O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização.

O Segurado/Tomador poderá consultar a situação cadastral de seu Corretor de Seguros, no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo Tomador, a Seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do Segurado contra o Tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro, através do Contrato de Contra Garantia, assinado entre TOMADOR e SEGURADORA, que rege os direitos e obrigações entre as partes, documento este que fará parte integrante e inseparável desta Apólice.

Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

CONDIÇÕES GERAIS**CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO****CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775****SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO****NOTA TÉCNICA - PROCESSO SUSEP n.º 15414.900946/2018-11****1. Objeto:**

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – Processos administrativos;

II – Processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – Regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3.

Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convenionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contra garantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I - Realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II - Indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II - Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III - Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV - Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V - O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI - Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII - Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I - Quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II - Quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV - Quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V - Quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após

Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

TABELA DE PRAZO CURTO

Relação a ser aplicada sobre a vigência Original para obtenção de prazo em dias	% Do Prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência Original para obtenção de prazo em dias	% Do Prêmio
015/365	13	030/365	20
045/365	27	060/365	30
075/365	37	090/365	40
105/365	46	120/365	50
135/365	56	150/365	60
165/365	66	180/365	70
195/365	73	210/365	75
225/365	78	240/365	80
255/365	83	270/365	85
285/365	88	300/365	90
315/365	93	330/365	95
345/365	98	365/365	100

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – Por arbitragem; ou

II – Por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais:

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

NOTA TÉCNICA - PROCESSO SUSEP n.º 15414.900946/2018-11

LICITANTE

1. Objeto:

1.1 Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos diretos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

I – Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento;

II – Prejuízos: Perda pecuniária comprovada decorrente da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas e dentro do prazo estabelecido no Edital de Licitação.

3. Vigência:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

- a) Cópia do edital de licitação;
- b) Cópia do termo de adjudicação;
- c) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos e/ou decisão que aplicou as multas contratuais na forma do edital de licitação, acompanhada dos documentos comprobatórios;
- d) comprovante de intimação do Tomador para assinatura do contrato, acompanhado do demonstrativo de sua recusa/inércia e das devidas justificativas, se houver.

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação.

5. Rescisão do Contrato de Seguro:

Quando a presente apólice for caucionada junto ao Segurado, não caberá devolução de prêmio proporcional.

6. Riscos Excluídos:

6.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, riscos referentes às obrigações que competem ao fabricante de equipamentos e/ou materiais, bem como, não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro, riscos trabalhistas e previdenciários, obrigações fiscais e encargos tributários, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro garantia.

6.2. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

7. Isenção de Responsabilidade da Seguradora:

Sem prejuízo do disposto no item 11 das Condições Gerais, a seguradora ficará isenta de responsabilidade na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

7.1. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

7.2. Uma vez cumpridas todas as obrigações assumidas pelo tomador para a obtenção das licenças necessárias à execução e

Apólice nº: 1007507032517

Endosso nº: 0

Proposta nº: 6410

conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta apólice, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização securitária.

7.3. A validade/coertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

8. Disposições Complementares:

8.1. Fica estabelecido que, especificamente para fins indenizatórios, estarão cobertos pela presente apólice os prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes de atos e/ou fatos violadores de normas anticorrupção, perpetrados pelo tomador no âmbito do contrato garantido e que tragam prejuízos ao segurado, e desde que não conte com a comprovada participação do segurado, seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares ou funcionários.

9. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CONDIÇÕES PARTICULARES

CAPÍTULO III - CONDIÇÕES PARTICULARES DO SEGURO

LICITANTE

Para ausência de dúvidas esta apólice garante a cobertura de prejuízos diretos causados ao segurado decorrentes de culpa ou dolo do tomador durante a execução do contrato e desde que não conte com a comprovada participação do segurado, seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares ou funcionários.

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, não estarão cobertos pela presente apólice de seguro quaisquer prejuízos e/ou penalidades decorrentes de atos e/ou fatos violadores de normas anticorrupção, perpetrados pelo Tomador ou seu representante legal no âmbito do contrato ora garantido com o envolvimento doloso do Segurado ou seu representante legal, bem como prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes de relações contratuais estranhas ao objeto da presente apólice, em conformidade com a legislação nacional, normas e orientações da SUSEP referentes ao seguro garantia.

Essa apólice contempla a condição de Imprescritibilidade, Inalienabilidade e Irrevogabilidade, isto é: esta apólice não pode se destinar a outro fim que não o especificado no seu objeto; a nomeação de terceiro beneficiário da garantia depende da autorização do segurado ou seu representante e de aprovação da Seguradora mediante verificação do vínculo jurídico-contratual apto a justificar tal medida.

1. Em virtude da aplicação da Lei 13.303/16 ao Contrato Principal aqui garantido, o item 14.2, das Condições Gerais, passa a ter a seguinte redação:

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no § 4º do artigo 70 da Lei Nº 13.303/2016, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato.

2. Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do artigo 42º da Lei nº 13.303/2016, não aplicando-se as definições constantes do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, ao contrário do que dispõem o item 2 das Condições Especiais.

Final das condições contratuais.



Boletos, Convênios e outros

G3361514504270831
15/03/2022 14:53:57

15/03/2022 - BANCO DO BRASIL - 14:53:49
407204072 0011

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: PLANATERRA T P LTDA
AGENCIA: 4072-X CONTA: 5.431-3
=====

ITAU UNIBANCO S.A.

34191570070402485153982267110003789250000015000

BENEFICIARIO:

JNS SEGURADORA S.A.

NOME FANTASIA:

JNS SEGURADORA S.A.

CNPJ: 30.862.594/0001-00

BENEFICIARIO FINAL:

JNS SEGURADORA S.A.

CNPJ: 30.862.594/0001-00

PAGADOR:

PLANATERRATERRAPLENAGEM E PAV

CNPJ: 82.743.832/0001-62

=====

NR. DOCUMENTO	31.581
DATA DE VENCIMENTO	15/03/2022
DATA DO PAGAMENTO	15/03/2022
VALOR DO DOCUMENTO	150,00
VALOR COBRADO	150,00

=====

NR.AUTENTICACAO C.067.82E.175.594.5C3

=====

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habituais agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,
outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Transação efetuada com sucesso por: JC606431 GERSON BORBA DIAS.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022 EDITAL CONCORRENCIA N.º 01/2022

LOCAL: RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING EM LUIZ ALVES/SC.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

Aprovado em: 05/12/1994

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Registro: 039118-1

Endereço: RUA BLUMENAU, 20-D LIDER
89805-430 CHAPECO SC

Número da alteração contratual: 31

Data da certificação: 10/06/2021

Capital social atual: R\$ 16.000.000,00 - DEZESSEIS MILHOES DE REAIS

Objetivos Sociais aprovado junto ao CREA-SC: ATIVIDADES TECNICAS APROVADAS PELO CREA-SC, LIMITADAS A(S) AREA(S) DE: ENGENHARIA DE MINAS, ENGENHARIA DE SEGURANCA DO TRABALHO, ENGENHARIACIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL E AGRONOMIA, PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE TERRAPLENAGEM, ATERRAMENTOS, ACUDES E DEMAIS SERVICOS ASSEMELHADOS;A CONSTRUCAO, CONSERVACAO E MANUTENCAO DE ESTRADAS DE RODAGEM; PAVIMENTACOES ASFALTICAS; CONSTRUCOES CIVIS; EXTRACAO, BENEFICIAMENTO E COMERCIO DE PEDRAS BRITADAS, AREIA INDUSTRIAL E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO; SERVICOS COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, TUNEIS, VIADUTOS, GALERIAS DE AGUA PLUVIAL; TRANSPORTES RODOVIARIOS EM GERAL, BEM COMO DE CARGAS PESADAS, MATERIAL BETUMINOSO E CARGAS PERIGOSAS RODOVIARIAS; DETONACAO DE ROCHAS; PROJETOS DE ENGENHARIA; LOCACAO DE EQUIPAMENTOS; SERVICOS DE ENGENHARIA SANITARIA COMPREENDENDO SERVICOS DE LIMPEZA URBANA; PREPARACAO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUCAO.

Responsáveis Técnicos:

Nome: MAURI DRECKMANN

Responsabilidade Técnica aprovada em 08/03/2002

Registro: SC S1 018704-2 Expedido pelo CREA-SC

RNP: 2501743016

Título:ENGENHEIRO DE MINAS

ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO

Atribuições do Profissional:ARTIGO 14 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.ARTIGO 4 DA RESOLUCAO NR.359/91 DO CONFEA.

Nome: JAIRO PAULO LAMMEL

Responsabilidade Técnica aprovada em 09/05/2003

Carteira: 16.583-D Expedida pelo CREA-PR (Visada sob nro 029713-1 por este CREA-SC)

RNP: 1705956980

Título:ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições do Profissional:ARTIGO 7 DA RESOLUCAO NR 218 DE 29.06.73 DO CONFEA.

Nome: GERSON DE BORBA DIAS

Responsabilidade Técnica aprovada em 17/06/2019

Carteira: RS064463 Expedida pelo CREA-RS (Visada sob nro 034273-8 por este CREA-SC)

RNP: 2201597960

Título:ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições do Profissional:RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA, ARTIGO 7 ALINEA 1.

Nome: SANDRE GRANZOTTO MACEDO

Responsabilidade Técnica aprovada em 17/06/2019

Registro: SC S1 035509-4 Expedido pelo CREA-SC

RNP: 2512598403

